

Balanço Patrimonial

Quando trabalhamos com afinco, os resultados aparecem.

2017

ECAD

Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad

Relatório da Administração

Prezados Senhores(as),

Em continuidade a 2016, o ano de 2017 manteve um alto grau de instabilidade econômica e política que impactou praticamente todos os segmentos da sociedade brasileira. Somadas a isso, as disposições da Lei nº 12.853/13, reduzindo drasticamente a taxa de administração do Ecad, fizeram com que uma severa política de redução de custos fosse implementada, sacrificando o quadro funcional da entidade e impulsionando a adoção de medidas transformadoras das atividades operacionais.

Todavia, encarando com determinação os desafios do ano, o Ecad, mais uma vez, em 2017, superou as metas de arrecadação e distribuição estabelecidas por sua Assembleia Geral. Tal fato deveu-se fundamentalmente aos esforços de toda equipe da organização.

Foi registrada uma arrecadação total de **R\$ 1.140.017.647**, que superou em R\$ 60.227.630 a meta orçada para o ano, bem como a meta do *task force* estabelecida pela Assembleia Geral. Em relação ao ano anterior, o valor arrecadado foi superado em R\$ 96.800.866, perfazendo um crescimento de **9,28%**.

No que tange à distribuição de valores aos titulares de direitos de autor e conexos, 2017 apresentou números bem significativos. O total distribuído foi de **R\$ 1.153.473.517**, representando um crescimento de **46,57%** em relação à meta estabelecida para o ano e um aumento de **37,02%** em relação ao ano de 2016. Foram contemplados cerca de **259.000** titulares, superando em **17%** o ano anterior.

Os esforços voltados para a contenção de custos acabaram por gerar um déficit final de **R\$ 24.191.962**, já computadas as despesas extraordinárias decorrentes das adequações operacionais implementadas durante o exercício.

Muitas foram as atividades e os projetos desenvolvidos durante o ano de 2017. Seus resultados estão expostos detalhadamente neste relatório, mas é com grande prazer que ressaltamos as premiações recebidas ao longo do ano de respeitados institutos, como o Great Place to Work, IDG (International Data Group Inc.), IT Midia/IT Forum Expo, Conselho Regional de Contabilidade/RJ e Abrasca, os quais, ao analisarem o desempenho do Ecad por meio das suas mais variadas áreas operacionais, premiaram a importância e a seriedade do trabalho desenvolvido pela organização.

Passamos, pois, ao detalhamento de todas as ações desenvolvidas em 2017, agradecendo o respeito e a confiança em nosso trabalho e, mais uma vez, chamando a atenção para o comprometimento da equipe que, novamente, superou desafios mantendo a qualidade do trabalho.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos suplementares.

Atenciosamente,

Gloria Braga

Superintendente Executiva

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016 (Reclassificado)
Ativos			
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.078.995	1.122.704
Arrecadação a receber	4	4.370	2.657
Adiantamentos às associações	5	69.940	69.143
Estoques	-	163	257
Adiantamentos diversos	-	1.027	2.340
Direitos a receber	7	178	223
Despesas antecipadas	-	1.452	2.273
Total dos ativos circulantes		1.156.125	1.199.597
<i>Ativos não circulantes</i>			
Bloqueios judiciais	6	245	306
Depósitos judiciais	17	1.784	1.689
Direitos a receber	7	1.154	1.307
Aplicações financeiras	8	15.169	14.599
Despesas antecipadas	-	129	687
Imobilizado	9	16.880	16.948
Intangível	10	14.176	17.279
Total dos ativos não circulantes		49.537	52.815
Total dos ativos		1.205.662	1.252.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016 (Reclassificado)
Receita			
Taxa de administração - Arrecadação	19	126.171	136.083
Taxa de administração - Financeira	19	13.520	18.359
Receita operacional bruta		139.691	154.442
Despesas com pessoal	20	(85.553)	(90.807)
Despesas administrativas	21	(38.479)	(41.412)
Despesas tributárias	22	(2.736)	(3.501)
Despesas financeiras	23	(1.002)	(973)
Reversão / constituição de provisões para perdas	24	(1.340)	(1.162)
Outras receitas/despesas operacionais	25	(34.773)	(21.602)
Déficit operacional		(24.192)	(5.015)
Déficit do exercício		(24.192)	(5.015)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016 (Reclassificado)
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		3.288	3.564
Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher	11	2.316	2.331
Direitos arrecadados a classificar	12	4.010	3.760
Percentual societário de arrecadação	13	54.822	62.457
Direitos arrecadados a distribuir	14	898.136	900.656
Receitas financeiras a distribuir	15	112.297	127.492
Provisão para férias e encargos	16	5.377	5.709
Participação nos resultados	29	4.067	4.240
Outras obrigações	-	5.528	2.297
Total dos passivos circulantes		1.089.841	1.112.506
<i>Passivos não circulantes</i>			
Adiantamentos	-	110	151
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	17	9.120	8.016
Renovação de licença a pagar	-	-	650
Outras obrigações	-	-	306
Total dos passivos não circulantes		9.230	9.123
Patrimônio social	18	58	58
Superávit acumulado	-	106.533	130.725
Total do patrimônio líquido		106.591	130.783
Total do passivo e patrimônio líquido		1.205.662	1.252.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Valores expressos em milhares de reais

Descrição	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2015	58	135.740	135.798
Déficit do exercício	-	(5.015)	(5.015)
SalDOS em 31 de dezembro de 2016	58	130.725	130.783
Déficit do exercício	-	(24.192)	(24.192)
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	58	106.533	106.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Valores expressos em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2017	31/12/2016
Déficit do exercício	(24.192)	(5.015)
Ajustes em:		
Custo de ativo imobilizado baixado	42	18
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	1.104	713
Depreciação do imobilizado	3.631	4.207
Amortização do intangível	6.958	6.160
Variação no capital circulante:		
(Aumento) redução arrecadação a receber	(1.713)	461
(Aumento) adiantamento a associações	(797)	(11.352)
Redução adiantamentos diversos	1.407	966
Redução (aumento) despesas do exercício seguinte	1.379	(2.058)
(Aumento) redução depósitos judiciais e bloqueios judiciais	(34)	363
Redução (aumento) direitos a receber	198	(1.385)
(Redução) fornecedores	(276)	(297)
(Redução) impostos, taxas e contribuições a pagar	(15)	(294)
Aumento direitos arrecadados e classificar	250	2.684
(Redução) percentual societário arrecadação	(7.636)	(9.749)
(Redução) aumento direitos arrecadados a distribuir	71.153	74.837
(Redução) aumento receita financeira distribuir	(15.195)	40.793
Aumento distribuição a identificar	(73.673)	73.673
(Redução) aumento provisão férias e encargos	(332)	308
(Redução) PPR a pagar	(173)	(2.591)
Aumento outros passivos	3.231	711
(Redução) aumento adiantamentos	(41)	917
(Redução) renovação de licença a pagar	(650)	-
(Redução) outras obrigações	(306)	-
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(35.680)	174.070

Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Pagamentos na aquisição de imobilizado	(2.215)	(5.866)
Pagamentos relacionados a ativos intangíveis	(5.244)	(4.025)
(Aumento) aplicações financeiras	(570)	(1.662)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(8.029)	(11.553)

(Diminuição) aumento líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa	(43.709)	162.517
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.122.704	960.187
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.078.995	1.122.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad é uma associação civil, de natureza privada, sem fins lucrativos, constituída por sociedade de direito de autor e dos que lhe são conexos, criada pela Lei Federal nº 5.988/73 e mantida pela Lei de Direitos Autorais brasileira nº 9.610/88, atualizada pela nova Lei nº 12.853/13.

Seu objetivo principal é a arrecadação, inspeção, fiscalização, controle e distribuição dos direitos autorais sobre as execuções musicais, ou literomusicais e de fonogramas, nacionais e estrangeiros, às sociedades que o integram, conforme a seguir elencadas:

- ABRAMUS - Associação Brasileira de Música e Artes
- AMAR - Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes
- ASSIM - Associação de Intérpretes e Músicos
- SBACEM - Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música
- SICAM - Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais
- SOCINPRO - Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais
- UBC - União Brasileira de Compositores

Do total arrecadado em território nacional, no período de janeiro a julho/2017, 82,50% destinou-se aos detentores dos direitos autorais/conexos, 5,36% às associações e 12,14% referiu-se à taxa administrativa do Ecad. No período de agosto a dezembro/2017, 85% destinou-se aos detentores dos direitos autorais/conexos, 5% às associações e 10% referiu-se à taxa administrativa do Ecad. Em ambos os períodos, os percentuais destinados aos detentores dos direitos autorais atendem ao artigo 99, parágrafo 4º da Lei nº 12.853/13.

Todo o passivo de direitos autorais a ser distribuído aos titulares e às associações foi atualizado de acordo com os novos percentuais definidos a partir de agosto de 2017.

Apenas os valores arrecadados correspondentes aos direitos autorais recebidos de associações nacionais, cujo montante é proveniente do exterior e os valores arrecadados relativos ao segmento Web, receberam taxa administrativa diferenciada deliberada pela Assembleia Geral na ata 458ª de 24 de maio de 2016, conforme segue:

• Direitos autorais recebidos de associações nacionais, provenientes do exterior, no período de janeiro a julho de 2017: destinou-se 88,57% aos detentores de direitos autorais/conexos, 5,36% às associações e 6,07% à taxa administrativa Ecad e de agosto a dezembro de 2017, destinou-se 90% aos detentores de direitos autorais/conexos, 5% às associações e 5% à taxa administrativa Ecad.

• Direitos autorais relativos ao segmento Web, no período de janeiro a julho de 2017: destinou-se 91,25% aos detentores de direitos autorais/conexos, 2,68% às associações e 6,07% à taxa administrativa Ecad e de, agosto a dezembro de 2017, destinou-se 92,50% aos detentores de direitos autorais/conexos, 5% às associações e 2,50% à taxa administrativa Ecad.

Os valores arrecadados, enquanto não distribuídos, são aplicados pela entidade no mercado financeiro e a receita auferida é distribuída, de acordo com os percentuais descritos anteriormente, para a Arrecadação Nacional.

De acordo com o parágrafo 4º do artigo 99 da Lei nº 12.853, de 14 de agosto de 2013, a parcela destinada à distribuição aos autores e demais titulares de direitos não poderá, em um ano da data de publicação da referida Lei, ser inferior a 77,5% dos valores arrecadados, aumentando-se tal parcela à razão de 2,5% a.a., até que, em 4 anos da data de publicação da citada Lei, ela não seja inferior a 85% dos valores arrecadados.

O aumento significativo do déficit da entidade em relação ao exercício de 2016 deve-se à redução do percentual de participação do Ecad em 2,5%, de acordo com determinação citada acima, além do aumento da rubrica “Outras despesas operacionais” em decorrência da atualização de todo o passivo a distribuir, que é assumida integralmente pelo Ecad, e à redução considerável no quadro funcional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da entidade, findas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), exceto quanto:

• Pronunciamento Técnico CPC 30: em função das características do negócio da entidade, a receita de arrecadação é reconhecida por regime de caixa, somente quando do efetivo recebimento, enquanto as práticas contábeis adotadas no Brasil determinam o reconhecimento das receitas no resultado pelo regime de competência. Consequentemente, os valores representativos dos direitos arrecadados a distribuir e das receitas de taxas de arrecadação correspondem às importâncias identificadas, sobre as quais a entidade pode exercer o efetivo controle.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

A administração do Ecad aprovou e autorizou a emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em 1º de março de 2018.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da entidade é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b. Aplicações financeiras

Compreendem os investimentos financeiros com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, não considerados pela entidade como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c. Arrecadações a receber

Representados por valores referentes às arrecadações de final do mês, não liberados pelo Banco Bradesco, até o encerramento do exercício social. Estão registradas pelo valor de emissão.

d. Imobilizado

Bens móveis e imóveis, registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

e. Intangível

Sob este título estão registrados os bens relativos a aquisições de Direitos de Uso de Sistemas (softwares), Marcas e Patentes e Sistemas de Monitoramento - Cia Rádio, Cia Audiovisual e Cia Obra Musical (desenvolvidos internamente), demonstrados pelo custo incorrido na aquisição, deduzido da amortização acumulada.

f. Outros ativos

Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas, não excedendo seus correspondentes valores de realização.

g. Passivos circulantes e não circulantes

Estão registrados pelo seu valor estimado de realização e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “pro-rata-die”.

h. Classificação de itens circulantes e não circulantes

Os ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses, são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

i. Apuração do resultado

Grande parte da receita de arrecadação é registrada pelo regime de caixa, tendo em vista que a operacionalidade normal da entidade, para efeito do repasse aos seus respectivos titulares, reconhece somente os valores de arrecadação efetivamente recebidos.

A entidade reconhece somente a parcela própria das receitas de arrecadação e das receitas de aplicação financeira no resultado.

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As despesas e os custos são reconhecidos somente quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e os valores podem ser razoavelmente mensurados.

j. Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro, PIS e COFINS

Por ser constituída e desenvolver suas atividades como entidade de direito privado sem fins lucrativos, prestando exclusivamente os serviços para os quais foi instituída, a entidade possui isenção do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, conforme artigo nº 174 do Decreto nº 3.000/99 e artigo nº 15 da Lei nº 9.532/97.

Conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do § 1º, do artigo 14 da MP nº 2.158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9.532/97.

No que diz respeito à Cofins, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2.158-35 de 2001 determina a não incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos.

k. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos estão descritos na nota explicativa nº 17.

l. Participação nos resultados

A entidade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos empregados, o qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no Acordo Coletivo de Trabalho.

m. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela entidade são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (3) ativos financeiros disponíveis para venda; e (4) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, em curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

3) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos,

como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a entidade não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações contábeis classificados nessa categoria.

4) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, no caso da entidade, compreendem substancialmente as aplicações financeiras (notas explicativas nº 3 e nº 8).

Passivos financeiros

Representados substancialmente pelos direitos arrecadados a distribuir (nota explicativa nº 14), são apresentados pelo valor original, acrescido de juros e variações monetárias incorridos até as datas das demonstrações contábeis e registrados na rubrica receitas financeiras a distribuir (nota explicativa nº 15).

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a entidade não possuía instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações contábeis.

n. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

o. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, uma vez que não existem itens que devam ser tratados nesta demonstração.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de premissas e estimativas por parte de Administração da entidade que impactam os saldos ativos e passivos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir destas estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente. No caso da entidade, o principal julgamento e estimativa contábil refere-se às provisões para riscos cíveis e trabalhistas, conforme segue:

- Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos.
- Depreciação e amortização: a entidade revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível de vida útil definida, conforme notas explicativas nº 9 e nº 10.

2.4. Novas normas contábeis que entrarão em vigor após 2017

A entidade está avaliando os impactos da adoção das normas emitidas pelo IASB em 2017 (ainda sem correspondente no CPC), que entrarão em vigor após o exercício de 2017:

- **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** o pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Efetiva para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.
- **IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas:** estabelece princípios para a apresentação e elaboração de demonstrações contábeis consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades. Substitui o Pronunciamento Técnico CPC 36. Efetiva para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.
- **IFRS 15 - Receitas:** norma do IASB sobre reconhecimento da receita. Efetiva para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.
- **IFRS 16 - Arrendamentos:** O pronunciamento visa a substituir a IAS 17 - Arrendamentos mercantil. Efetiva para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Fundo fixo	12	15
Bancos/ conta/ movimento	495	351
Aplicações financeiras	1.078.488	1.122.338
Total	1.078.995	1.122.704

A composição das aplicações financeiras está demonstrada a seguir:

Banco	Tipo	2017	2016
Santander	Compromissada (Debêntures)	188.257	47.082
Bradesco	Capitalização	7.632	4.324
Bradesco	CDB	102.174	5.381
Bradesco	Compromissada (Debêntures)	160.393	515.511
Caixa Econômica Federal	CDB	600.027	550.040
Banco do Brasil	CDB	20.005	
Total		1.078.488	1.122.338

9. Imobilizado

Descrição	Taxa anual	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2017	31/12/2016
				Líquido	Líquido
Imóveis	1,82% a 2,50%	1.166	418	748	773
Bens patrimoniais penhorados (a)	2,50%	1.398	387	1.011	1.046
Móveis e utensílios	8,33% a 33,33%	3.891	1.747	2.144	2.496
Equipamentos de informática (b)	20% a 50%	28.492	18.451	10.041	11.168
Aparelhos de comunicação e gravação	14,29% a 100%	607	557	50	79
Outras imobilizações	11,11% a 16,67%	60	22	38	43
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	2.302	1.197	1.105	1.343
Adiantamento a fornecedores do ativo imobilizado	-	1.743	-	1.743	-
Total		39.659	22.779	16.880	16.948

Movimentação do imobilizado:

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2016	Adições	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	Saldos em 31/12/2017
Imóveis	1,82% a 2,50%	773	-	-	-	(25)	748
Bens patrimoniais penhorados (a)	2,50%	1.046	-	-	-	(35)	1.011
Móveis e utensílios	8,33% a 33,33%	2.496	27	-	(38)	(341)	2.144
Equipamentos de informática (b)	20% a 50%	11.168	2.069	-	(2)	(3.194)	10.041
Aparelhos de comunicação e gravação	14,29% a 100%	79	3	-	(1)	(31)	50
Outras imobilizações	11,11% a 16,67%	43	-	-	-	(5)	38
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.343	116	-	-	(354)	1.105
Adiantamento a fornecedores do ativo imobilizado	-	-	1.743	-	-	-	1.743
Total		16.948	3.958	-	(41)	(3.985)	16.880

As aplicações financeiras estão compostas basicamente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB's, com remuneração pós-fixada e com taxas superiores a 100% do CDI - Certificados de Depósitos Bancários, Compromissadas (Debêntures) e títulos de capitalização. Estão registradas ao custo histórico acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

4. Arrecadação a receber

Refere-se a valores pendentes em 31 de dezembro na cobrança bancária, em função de recebimento da cobrança em D+1.

A composição é a seguinte:

Banco	2017	2016
Bradesco	4.370	2.657
Total	4.370	2.657

5. Adiantamentos às associações

De acordo com o Regulamento de Distribuição da entidade, nos meses em que não houver distribuição trimestral, o Ecad repassará às Associações antecipações da distribuição. Os valores das antecipações serão calculados na base de 1/3 do total dos valores repassados na distribuição do trimestre imediatamente anterior, sendo descontado no repasse da distribuição trimestral subsequente.

A composição de adiantamentos concedidos às Associações pode ser demonstrada como segue:

Associação	2017	2016
ABRAC	6	6
ABRAMUS	21.779	25.928
AMAR	1.849	1.714
ASSIM	4.157	6.053
ATIDA	74	78
SBACEM	317	1.200
SICAM	871	852
SOCINPRO	4.394	4.111
UBC	36.493	29.201
Total	69.940	69.143

6. Bloqueios judiciais

Refere-se a bloqueios judiciais em contas bancárias da entidade decorrentes de processos judiciais em andamento.

A composição de bloqueios judiciais é a seguinte:

Banco	2017	2016
Bradesco	205	251
HSBC	38	38
Banco Do Brasil	1	11
Caixa Econômica Federal	-	6
Itaú	1	-
Total	245	306

7. Direitos a receber

Direitos	2017	2016
Direitos a Receber - Blessing - SBACEM *	1.218	1.385
Outros	114	145
Total	1.332	1.530

Circulante	178	223
Não circulante	1.154	1.307

* Valor relativo a percentual societário (corrigido) pago a SBACEM, que conforme deliberação de Assembleia Geral 464ª de 21 de setembro de 2016, deverá ser ressarcido ao Ecad em até 60 meses.

8. Aplicações financeiras - não circulante

Do saldo de aplicações mantidas no Banco Bradesco em 31 de dezembro de 2017, a entidade possui um montante de R\$ 8.390 relativo à Carta de Fiança vinculado a processos judiciais e contratos de locação e R\$ 6.779 relativo a Títulos de Capitalização com prazo de 48 e 60 meses, conforme abaixo demonstrado:

Aplicações	2017	2016
Descrição	Banco Bradesco	
Processo RBM Cinemas	93	85
Processo André Sperling	1.550	1.426
Processo Cade	741	682
Contratos de locação	6.006	7.793
Títulos de Capitalização	6.779	4.613
Total	15.169	14.599

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	Saldos em 31/12/2016
Imóveis	1,82% a 2,50%	798	-	-	-	(25)	773
Bens patrimoniais penhorados	2,50%	1.082	-	-	-	(36)	1.046
Móveis e utensílios	8,33% a 33,33%	1.328	1.434	(1)	(16)	(249)	2.496
Equipamentos de informática	20% a 50%	7.697	3.609	3.262	(1)	(3.399)	11.168
Aparelhos de comunicação e gravação	14,29% a 100%	111	34	(11)	(1)	(54)	79
Outras imobilizações	11,11% a 16,67%	41	-	7	-	(5)	43
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	993	789	-	-	(439)	1.343
Adiantamento a fornecedores do ativo imobilizado	-	3.262	-	(3.262)	-	-	-
Total		15.312	5.866	(5)	(18)	(4.207)	16.948

(a) Refere-se à penhora do imóvel localizado na Rua Guilhermina Guinle, 207 - Botafogo, para fazer face à ação judicial de natureza tributária movida pelo município do Rio de Janeiro. De acordo com os nossos advogados externos, a possibilidade de perda dessa ação é possível, conforme demonstrada na nota explicativa nº 17.

(b) Os equipamentos de informática são compostos de servidores, computadores, impressoras, entre outros *hardwares* que estão alocados nas diversas unidades organizacionais da entidade.

10. Intangível

Descrição	Taxa anual	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas	20 a 33,33%	25.928	21.434	4.494	7.284
Sistema de monitoramento - Cia Rádio	10%	3.412	2.162	1.250	1.591
Sistema de monitoramento - Cia Audiovisual	10%	7.968	2.390	5.578	6.375
Sistema de monitoramento - Cia Execuções ao Vivo (Obra Musical)	-	2.693	-	2.693	2.029
Adiantamento a fornecedores do ativo intangível	-	161	-	161	-
Total		40.162	25.986	14.176	17.279

Movimentação do Intangível:

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2016	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 31/12/2017
Direito de uso de sistemas	20 a 33,33%	7.284	2.676	-	(5.466)	4.494
Sistema de monitoramento - Cia Rádio (a)	10%	1.591	-	-	(341)	1.250
Sistema de monitoramento - Cia Audiovisual (b)	10%	6.375	-	-	(797)	5.578
Sistema de monitoramento - Cia Execuções ao Vivo (Obra Musical) (c)	-	2.029	664	-	-	2.693
Adiantamento a fornecedores do ativo intangível	-	-	161	-	-	161
Total		17.279	3.501		(6.604)	14.176

Descrição	Taxa	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transferências	Amortização	Saldos em 31/12/2016
Direito de uso de sistemas	20 a 33,33%	6.262	3.727	2.317	(5.022)	7.284
Sistema de monitoramento - Cia Rádio (a)	10%	1.933	-	-	(342)	1.591
Sistema de monitoramento - Cia Audiovisual (b)	10%	7.171	-	-	(796)	6.375
Sistema de monitoramento - Cia Execuções ao Vivo (Obra Musical) (c)	-	1.731	298	-	-	2.029
Adiantamento a fornecedores do Ativo Intangível	-	2.313	-	(2.313)	-	-
Total		19.410	4.025	4	(6.160)	17.279

(a) Sistema informatizado desenvolvido pela entidade para monitoramento das atividades em rádios, concluído em 2011, sendo iniciada a sua amortização a partir da sua entrada em operação.

(b) Sistema informatizado desenvolvido pela entidade para monitoramento das atividades de Audiovisual, concluído e amortizado a partir de 2015.

(c) Sistema informatizado desenvolvido pela entidade para monitoramento das atividades de obras musicais, com expectativa para início de suas atividades em 2018.

11. Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher

	2017	2016
INSS a recolher sobre salários	1.131	1.129
FGTS a recolher sobre salários	372	385
PIS a recolher sobre folha de pagamento	62	64
IRRF sobre salários	672	660
IRRF sobre serviços de terceiros	15	20
PIS/COFINS/CSLL 4,65% sobre serviços de terceiros	59	70
ISS sobre prestação serviços de terceiros	4	2
Contribuição sindical/assistencial	1	1
Total	2.316	2.331

12. Direitos arrecadados a classificar

Representa o montante de arrecadação recebido, porém ainda não identificado o segmento, usuário e unidade da federação, já deduzido do percentual devido às associações (percentual societário das associações) e da taxa de administração da entidade.

13. Percentual societário de arrecadação

Representa o percentual societário sobre a arrecadação a distribuir, conforme Lei nº 9.610/88, atualizada pela atual Lei nº 12.853/2013 em fase de identificação pela entidade, conforme abordado na nota explicativa nº 1.

14. Direitos arrecadados a distribuir

Representa o montante dos provisionamentos de arrecadação recebidos e identificados de acordo com as rubricas (segmentos), usuário e unidade da federação correspondentes. Está composto de créditos retidos a distribuir de períodos passados e do provisionamento a distribuir do período corrente, conforme Regulamento da Distribuição:

Rubrica	2017	2016
Músico executante	36.886	43.752
Show/Eventos	52.163	63.858
Cinema	60.572	46.388
Carnaval	9.643	9.618
Atividades diversas	57	56
TV por assinatura	200.996	186.137
Rádio AM/FM - Extra Rádio	4.679	8.121
Tv Aberta Audiovisual/Planilha	120	117
Outras emissoras audiovisual/Planilha	4.876	5.349
Música ao vivo	23.107	22.001
Festa junina	1.059	1.143
Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG	135	162
Internet simulcasting	(45)	375
TV Globo + direitos gerais	108.067	113.419
TV Record + direitos gerais	22.599	31.956
TV Sbt + direitos gerais	22.403	19.661
TV Band + direitos gerais	17.632	19.825
Rádio regionalizadas + direitos gerais	64.788	58.524
Internet webcasting, podcasting e ambientação de sites	1.503	1.975
Internet Youtube	343	375
Casas de festas	17.266	17.731
Rede Mulher de Televisão - Record News	740	547
Record e TV Globo Internacional	34	148
Depósito em consignação (Titulares)	579	562
Casas de diversão	19.108	19.726
Fundação Pe Anchieta - TV Cultura - Audiovisual/Planilha	(64)	(65)
Fundação Casper Líbero - TV Gazeta	1.069	1.090
RTV Canal 10	36	27
TV Indústria São José Rio Preto - Rede Vida	1.066	1.041

Rubrica (continuação)	2017	2016
Cable Link Oper. Sinais TV - MIX TV	104	108
Rede Família de Comunicação (Audiovisual/Planilha)	591	354
Rádio e TV Om. - Cnt Curitiba - Audiovisual/Planilha	1.316	1.181
Sonorização Copas da Fifa	(25)	56
TV Lages	122	51
Globo acordo	9.540	17.871
Sky acordo	29	8.507
Sonorização ambiental	40.859	38.200
Show conexo	425	416
Usuários gerais	47.020	45.073
Sonorização Fan Fest	80	85
Sonorização Tour da Taça	9	11
NET acordo	12.668	10.172
Claro acordo	6.214	6.379
Internet simulcasting regionalizada	4.708	2.701
Rádio e TV Brasil Oeste	-	56
Web - Spotify Brasil Serviços	5.386	2.858
Web - Deezer Music Brasil Ltda	1.075	109
M.V.R Comunicações Ltda	41	-
Web - Kboing Networks do Brasil	35	52
Web - Apple Inc. (Beats1)	22	19
Web - Vevo LLC	10	12
Web - Apple Inc. (Apple Music)	1.228	686
Web - Microsoft Corporation (Groove)	107	191
Web - Rádio Music	19	57
Grupo Música	15.882	6.452
Sonorização - Live Sites	-	1.416
Sonorização - Jogos Rio 2016	780	1.781
Sonorização Revezamento da Tocha	143	869
Sonorização - Centros de hospitalidade	89	232
Rádio e TV Tarobá Ltda	233	601
TV Pública (TV Brasil)	1.025	995
Serviços Digitais Streaming Audiovisual - Netflix Entretenimento Brasil Ltda	35.554	27.139
Liminar UBC - Embratel TV SAT / Claro TV	-	21.409
Liminar UBC - Net TV	-	30.938
Web 3BR TECH	22	-
SDI/Extra de show	1.216	-
Web/Napster do Brasil	658	-
Web/Starmaker Interactive	1	-
Cinema Abraplex	39.475	-
SD-Streaming Audiovisual	58	-
	898.136	900.656

Rubrica	Período
Músico executante	Crédito Retido: ano corrente e períodos passados Mensalidade/Acordo: diversos períodos.
• Show/Eventos • Cinema	À medida que tais valores sejam identificados pelas Áreas de Arrecadação e Distribuição, serão repassados às Associações, corrigidos monetariamente. Crédito Retido: ano corrente e períodos passados.
• Carnaval	Mensalidade/Acordo: maio a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: maio de 2016 a abril do ano corrente e períodos passados.
• Atividades Diversas	Créditos Retidos de diversos períodos a serem repassados à medida que tais valores forem identificados.
• Rádio (AM/FM) - Extra Rádio	Acordo: novembro a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: novembro de 2016 a outubro do ano corrente e períodos passados.
• TV Aberta	Crédito Retido: períodos passados. Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente.
• Outras Emissoras	Acordo: diversos períodos. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.

<ul style="list-style-type: none">Música ao vivo Casas de festas Casas de diversão Sonorização ambiental Internet simulcasting regionalizada	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente.
<ul style="list-style-type: none">Festa junina	Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG	Mensalidade/Acordo: setembro a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: setembro de 2016 a agosto do ano corrente e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">Internet simulcasting	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">TV Globo + direitos gerais	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">TV Record + direitos gerais	Mensalidade: julho a outubro do ano corrente. Acordo: julho de 2013 a dezembro de 2014. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">TV SBT + direitos gerais	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">TV Band + direitos gerais	Acordo: setembro e dezembro de 2014 - janeiro a março de 2015 - maio e junho de 2015. Crédito Retido: janeiro a junho de 2015 e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">Rádios regionalizadas direitos gerais	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">Internet webcasting, podcasting e ambientação de sites	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: janeiro a junho do ano corrente e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">Internet Youtube	Crédito Retido: julho a dezembro de 2012 e períodos passados. Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente.
<ul style="list-style-type: none">Rede Mulher de Televisão (Record News)	Acordo: dezembro de 2013 a novembro de 2014. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">Record e TV Globo Internacional	Provisionamento de novembro do ano corrente.
<ul style="list-style-type: none">Depósito em consignação - titulares	Representa depósito em consignação de titulares.
<ul style="list-style-type: none">Fundação PE Anchieta (TV Cultura)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">Fundação Casper Libero (TV Gazeta)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">Estação Retransmissora TV (RTV Canal 10)	Mensalidade: outubro de 2012 a dezembro do ano corrente.
<ul style="list-style-type: none">Televisão Independente São José do Rio Preto (Rede Vida)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">Rede Família de Comunicação	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Acordo: novembro de 2015 a abril de 2016. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">Rádio e Televisão OM (CNT)	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">Sonorização Copas da FIFA TV Lages Globo Acordo	Crédito Retido: setembro de 2014 a outubro de 2015 e períodos passados. Acordo: julho de 2004 a agosto de 2006. Crédito Retido: julho de 2005 a outubro de 2013.
<ul style="list-style-type: none">Show Conexo Usuários gerais	Mensalidade/Acordo: julho a dezembro do ano corrente.
<ul style="list-style-type: none">Sonorização Fan Fest	Mensalidade/Acordo: novembro de 2015 a agosto do ano corrente. Crédito Retido: setembro de 2014 a outubro de 2015 e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">Sonorização Tour da Taça	Mensalidade/Acordo: novembro de 2015 a janeiro do ano corrente. Crédito Retido: setembro de 2014 a outubro de 2015 e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">Web Grande Porte (Spotify/Deezer/kboing/Apple Music/ Apple Live Radio/Vevo/Microsoft Groove/RDIO/3BR Tech/ Napster/Starmaker)	Mensalidade/Acordo: diversos períodos. Crédito Retido: ano corrente e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">M.V.R. Comunicações Ltda	Acordo: outubro de 2005 a setembro de 2009
<ul style="list-style-type: none">Grupo Música	Acordo: diversos períodos. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">Sonorização - Jogos Rio 2016	Crédito Retido: maio de 2016 a fevereiro do ano corrente.
<ul style="list-style-type: none">Sonorização - Revezamento da Tocha	Crédito Retido: junho de 2016 a setembro de 2016.
<ul style="list-style-type: none">Sonorização - Centros de hospitalidade	Crédito Retido: julho de 2016 a fevereiro do ano corrente.
<ul style="list-style-type: none">Rádio e TV Tarobá	Acordo: agosto de 2005 a julho de 2010.
<ul style="list-style-type: none">TV Pública (Empresa Brasil de Comunicação)	Acordo: setembro de 2014 a julho de 2016.
<ul style="list-style-type: none">Serviços digitais - Streaming audiovisual (Netflix/Microsoft)	Mensalidade: diversos períodos. Crédito Retido: ano corrente.
<ul style="list-style-type: none">SDI/ Extra de Show Cinema Abraplex	Mensalidade/Acordo: diversos períodos. Mensalidade/Acordo: diversos períodos.
<ul style="list-style-type: none">TV por assinatura	Mensalidade: julho a dezembro do ano corrente. Acordo: diversos períodos. Crédito Retido: abril a junho do ano corrente e períodos passados.
<ul style="list-style-type: none">SKY acordo	Crédito Retido: janeiro de 2004 a dezembro de 2013.
<ul style="list-style-type: none">NET acordo	Crédito Retido: janeiro de 2004 a dezembro de 2013.
<ul style="list-style-type: none">Claro acordo	Crédito Retido: dezembro de 2008 a dezembro de 2013.

15. Receitas financeiras a distribuir

Representa os rendimentos das aplicações financeiras auferidas, a distribuir aos detentores dos direitos autorais e às associações, quando ocorrem os repasses.

16. Provisão para férias e encargos sociais

	2017	2016
Provisão para férias	4.004	4.251
Encargos sobre férias	1.373	1.458
Total	5.377	5.709

Calculada de acordo com o período aquisitivo de cada empregado, acrescidos dos encargos sociais.

17. Provisão para riscos trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais

Composição dos saldos conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis		
Trabalhistas (a)	1.531	535
Cíveis (b)	7.589	7.481
Total	9.120	8.016

	2017	2016
Depósitos judiciais		
Depósitos Judiciais Trabalhistas	249	245
Depósitos Judiciais Tributários	1.535	1.444
Depósitos Judiciais Cíveis	-	-
Total	1.784	1.689

a. Trabalhistas

O saldo relativo às ações de natureza trabalhista é referente aos processos propostos por empregados e terceirizados, versando sobre verbas de cunho salarial, deduzido dos respectivos depósitos judiciais avaliados como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da entidade.

b. Cíveis

O saldo relativo às ações cíveis é referente aos processos relativos a indenizações por danos morais e materiais, movidos por terceiros, avaliados como probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da entidade.

c. Perdas possíveis

Os processos avaliados pelos assessores jurídicos da entidade, com probabilidade de perda possível não foram provisionados, mas, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, devem ser divulgados.

Com base no parecer dos assessores jurídicos da entidade, os processos são os seguintes:

Descrição	2017	2016
Trabalhistas	4.178	2.433
Tributárias	28.854	28.737
Cíveis	107.172	38.835
Total	140.204	70.005

Dentre as ações com probabilidade de perda possível, destacamos de acordo com a sua relevância:

• O processo cível nº 0008803-76.2014.8.19.0001, tendo como natureza ação com pedido de arbitramento de honorários advocatícios. No momento, o processo aguarda esclarecimentos periciais. Em 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado da causa é da ordem de R\$ 105.000.

• O processo administrativo tributário nº 12448728525/2013-66, tendo como parte adversa a Receita Federal no Rio de Janeiro, sendo o objeto da ação a perda da isenção de IR, CSLL, COFINS e diferença do PIS, relativos ao ano base de 2009. Em 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado da causa monta em R\$ 13.243.

Seu estágio atual aguarda decisão de 2ª instância administrativa nas impugnações apresentadas pelo Ecad contra Ato Declaratório de 25 de fevereiro de 2014 e o Auto de Infração lavrado em 26 de maio de 2014.

De acordo com o parecer de nossos consultores jurídicos, apesar de a possibilidade de perda ser possível, eventual decisão administrativa que seja proferida no referido processo e convalide a exigência fiscal, poderá ser utilizada pela fiscalização para lavar novos autos de infração de períodos posteriores, desde que seja observado prazo decadencial de cinco anos e seja expedido Ato Declaratório Executivo, que revogue a isenção e demais benefícios fiscais.

• A execução fiscal nº 0075860-19.2011.8.19.0001, tendo como parte adversa o Município do Rio de Janeiro, sendo o objeto da ação o ISS, tendo sido efetuada penhora do imóvel situado a Rua Guilhermina Guinle, 207, oferecido em garantia do débito objeto da execução fiscal. Em 7 de julho de 2017, foi proferida decisão mantendo a decisão agravada e determinando a remessa dos autos ao STJ. Em 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado da causa é de R\$ 9.362.

d. Ativo contingente

A entidade é autora em diversos processos de natureza cível visando ao recebimento dos direitos autorais sobre as execuções musicais, e de acordo com parecer de nossos consultores jurídicos possuem possibilidade de êxito, porém não registrado conforme determinada o CPC 25.

Em 31 de dezembro de 2017, temos processos com expectativa de êxito futuro estimado em R\$ 114.885 (R\$ 118.392 em 2016).

18. Patrimônio líquido

O patrimônio social da entidade no montante de R\$ 58 (R\$ 58 em 2016) é compreendido por doações das sociedades fundadoras.

19. Receita operacional

	2017	2016
Receitas de arrecadação		
Taxa de administração - Arrecadação nacional	125.132	135.532
Taxa de administração - Arrecadação nacional Web	982	510
Taxa de administração - Arrecadação estrangeira	57	41
Total	126.171	136.083

	2017	2016
Receita financeira		
Taxa de administração - financeira	13.520	18.359

20. Despesas com pessoal

	2017	2016
Pessoal	49.812	54.438
Participação dos empregados nos resultados	4.026	4.412
Férias e 13º salário	7.237	8.446
Estagiários	21	20
Assistência médica	7.132	7.101
Encargo trabalhista (FGTS/PIS)	5.803	4.066
Contribuição previdenciária	11.522	12.324
Total	85.553	90.807

21. Despesas administrativas

	2017	2016
Serviços de terceiros, consultorias e assessorias	13.682	13.712
Viagens e deslocamento	1.229	1.232
Materiais de manutenção	612	641
Comunicação e publicidade	166	159
Conservação e manutenção	5.596	4.581
Locações diversas	6.428	7.543
Comunicações/telefones	3.739	4.519
Treinamentos	204	229
Outras despesas administrativas	6.823	8.796
Total	38.479	41.412

22. Despesas tributárias

	2017	2016
IR sobre aplicações financeiras	2.274	3.101
IPTU	342	312
Contribuição sindical patronal	92	65
Taxas e licenças	28	23
Total	2.736	3.501

23. Despesas financeiras

	2017	2016
Cobrança escritural*	989	960
Comissão sobre fiança	1	-
Juros e multas	9	6
Despesas bancárias	3	6
Imposto sobre operação de câmbio	-	1
Total	1.002	973

* Boletos bancários emitidos para usuários de música quitarem direitos autorais de execução pública musical.

24. Reversão/Constituição provisões para perdas

	2017	2016
Trabalhistas	1.233	508
Cíveis/Autorais	107	(1.670)
Total	1.340	(1.162)

25. Outras receitas e (despesas) operacionais

	2017	2016
Perdas diversas	(96)	(2)
Bens de pequeno valor não imobilizado	(162)	(150)
Baixa do ativo imobilizado	(42)	(19)
Variação percentual societário*	(27.670)	(12.116)
Receita de honorários de êxito	1.968	54
Recuperação de custas judiciais	1.667	819
Receita contrato de fidelização bancária	40	40
Amortização do intangível	(6.958)	(6.160)
Depreciação do imobilizado	(3.632)	(4.207)
Outras receitas	112	139
Total	(34.773)	(21.602)

* Esse valor refere-se à variação líquida do percentual titular (despesa) / societário (receita) ocorrido nos meses de janeiro e agosto de 2016 e agosto de 2017, com efeito retroativo para os valores arrecadados e ainda a distribuir, em decorrência das mudanças de taxa de administração de arrecadação e financeira, bem como a alteração do percentual societário (vide nota explicativa n°1).

26. Seguros contratados

A entidade mantém cobertura de seguro em todo o Brasil para os bens patrimoniais, com base na apólice nº 180 0000224125, com vigência de 30 de junho de 2017 a 30 de junho de 2018, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos registrados, com limite máximo de responsabilidade no valor total de R\$ 23.970.

Não faz parte do escopo dos auditores independentes opinar sobre a cobertura de seguros.

As coberturas contratadas estão demonstradas a seguir:

	Prédios, Móveis e Utensílios, Equipamentos e Periféricos
Cobertura	
Incêndio, raio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronaves	19.900
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo	570
Danos elétricos	1.000
Tumultos, greves, <i>lockout</i> e atos dolosos	572
Roubo ou furto mediante arrombamento	550
Quebra de vidros, espelhos, mármore	86
Vazamentos de chuveiros automáticos	1.430
Equipamentos eletrônicos	7.000
Recomposição de registros e documentos	1.100
Aluguel - perda ou pagamento, em decorrência de incêndio, raio, explosão, implosão, fumaça e queda de aeronaves	2.420
Responsabilidade civil - operações	1.100
Responsabilidade civil - empregador	550
Impacto de veículos	100

27. Remuneração do pessoal-chave da administração

A administração da entidade está sob a responsabilidade dos gerentes executivos das áreas Arrecadação, Distribuição, Administrativa Financeira, Jurídica, Tecnologia da Informação, Recursos Humanos e Superintendência, todos empregados sob regime de CLT, os quais executam o orçamento operacional da entidade, devidamente aprovado pela Assembleia das Sociedades Dirigentes.

A remuneração paga aos gerentes executivos, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	2017	2016
Salários e outros benefícios de curto prazo a empregados	10.966	11.059

28. Reclassificações dos valores correspondentes do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de 31 de dezembro de 2016

Até 31 de dezembro de 2016, a entidade demonstrava o saldo da conta Estoque na rubrica Adiantamentos diversos. A partir do exercício de 2017, foi apresentada em rubricas distintas.

Quanto ao Programa de Participação nos Resultados, a entidade registrava no grupo de Despesas não operacionais. A partir do exercício de 2017, adotamos o registro no grupo de Despesas com pessoal.

Outra reclassificação realizada foi a de incorporar todas as despesas registradas no grupo Despesas com carnaval para o grupo de Despesas administrativas.

Os ajustes anteriormente citados, encontram-se originalmente apresentados comparativos às demonstrações ora apresentadas:

	Saldos originalmente apresentados 31/12/2016	Ajustes	Saldos Ajustados 31/12/2016
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.122.704	-	1.122.704
Arrecadação a receber	2.657	-	2.657
Adiantamentos às associações	69.143	-	69.143
Estoques	-	257	257
Adiantamentos diversos	2.597	(257)	2.340
Direitos a receber	223	-	223
Despesas antecipadas	2.273	-	2.273
Total dos ativos circulantes	1.199.597		1.199.597
<i>Ativos não circulantes</i>			
Bloqueios judiciais	306	-	306
Depósitos judiciais	1.689	-	1.689
Direitos a receber	1.307	-	1.307
Aplicações financeiras	14.599	-	14.599
Despesas antecipadas	687	-	687
Imobilizado	16.948	-	16.948
Intangível	17.279	-	17.279
Total dos ativos não circulantes	52.815		52.815
Total dos ativos	1.252.412		1.252.412
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores	3.564	-	3.564
Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher	2.331	-	2.331
Direitos arrecadados a classificar	3.760	-	3.760
Percentual societário de arrecadação	62.457	-	62.457
Direitos arrecadados a distribuir	900.656	-	900.656
Receitas financeiras a distribuir	127.492	-	127.492
Provisão para férias e encargos	5.709	-	5.709
Participação nos resultados	4.240	-	4.240
Outras obrigações	2.368	(71)	2.297
Total dos passivos circulantes	1.112.577	(71)	1.112.506
<i>Passivos não circulantes</i>			
Adiantamentos	80	71	151
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	8.016	-	8.016
Renovação de licença a pagar	650	-	650
Outras obrigações	306	-	306
Total dos passivos não circulantes	9.052	71	9.123
Total do patrimônio líquido	130.783		130.783
Total do passivo e patrimônio líquido	1.252.412		1.252.412
Receita			(Reclassificado)
Taxa de administração - Arrecadação	136.083	-	136.083
Taxa de administração - Financeira	18.359	-	18.359
Receita operacional bruta	154.442		154.442
Despesas com pessoal	(86.395)	(4.412)	(90.807)
Despesas administrativas	(41.202)	(210)	(41.412)
Despesas tributárias	(3.501)	-	(3.501)
Despesas financeiras	(973)	-	(973)
Despesas com carnaval	(210)	210	-
Reversão / constituição de provisões para perdas	(1.162)	-	(1.162)
Outras receitas/despesas operacionais	(21.602)	-	(21.602)
Déficit operacional antes da participação nos resultados	(603)	(4.412)	(5.015)
Participação dos empregados nos resultados	(4.412)	4.412	-
Déficit do exercício	(5.015)		(5.015)

Guacira Feliciano da Silva
Contador - CRC RJ-093074/O-2

Gloria Cristina Rocha Braga
Superintendente-Executiva

Relatório do Auditor Independente

sobre as Demonstrações Contábeis de 31 de Dezembro de 2017

Ilmos. Srs.
Associados e Administradores do
ECAD - ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do ECAD - ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO (“entidade”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ECAD - ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidades de lucros.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2, letra “i”, a entidade reconhece a receita de arrecadação pelo regime de caixa, somente quando do efetivo recebimento. Entretanto, as práticas contábeis adotadas no Brasil determinam o reconhecimento das receitas no resultado do exercício pelo regime de competência. Não foi possível, com base nos procedimentos de auditoria, quantificar os efeitos da adoção dessa prática sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, letra “c”, está em trâmite processo administrativo tributário junto à Secretaria da Receita Federal, com objeto de ação da perda de isenção de determinados tributos (Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e diferença do Programa de Integração Social (PIS)), relativos ao ano-base de 2009, com valor atualizado da causa no montante de R\$ 13.243 mil. Dependendo de decisão até a última esfera, poderá haver impacto em períodos posteriores a esta ação para períodos não prescritos ou fiscalizados. De acordo com os assessores jurídicos da entidade, a probabilidade de perda é possível. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, a entidade reconhece sua receita de arrecadação pelo regime de caixa. Concluimos que as informações contábeis constantes do Relatório da Administração apresentam a mesma distorção descrita na seção “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis do ECAD - ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 06 de março de 2017, contendo modificação quanto ao mesmo assunto mencionado na seção “Base para a opinião com ressalva”.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ricardo Amado Tostes
Contador CRC/RJ 062701/O-9

Rio de Janeiro, 1º de março de 2018.

AudiLink & Cia. Auditores
CRC/RS-003688/O-2 F-RJ